



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA
40 anos de democracias: progressos, contradições e perspectivas

ÁREA TEMÁTICA: Migrações, Etnicidade e Racismo [AT]

MIGRAÇÃO DE NIPO-BRASILEIROS PARA O JAPÃO: NOVAS CONFIGURAÇÕES

COVEZZI, Marinete

Doutor em Sociologia

Universidade Federal de Mato Grosso- Departamento de Sociologia

covezzi@ufmt.br

CASTRO SOARES DE OLIVEIRA, Anderson

Doutor em Estatística

Universidade Federal de Mato Grosso- Depto. de Estatística

andersoncso@cpd.ufmt.br

LIMA dos SANTOS, Sandro Aparecido

Mestre em História

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

sandrolima.s@uol.com.br

Resumo

A migração de nipo-brasileiros para o Japão teve início na década de 1980, para atender a expansão do setor industrial japonês. A lei de migração japonesa só permitia a entrada de homens nipo-descendentes solteiros ou sozinhos. Na década seguinte, diante da necessidade de ampliação de oferta de força de trabalho, o governo japonês modificou a lei de migração, facilitando a entrada de famílias de nipo-descendentes, promovendo um processo migratório intenso. No ano de 2007, a comunidade de brasileiros no Japão foi considerada a terceira maior comunidade de estrangeiros, constituída por 316.967 pessoas. Entre as décadas de 1980 e 1990, a migração era caracterizada por contratos de trabalho temporários e instáveis que não exigiam qualificação técnica. Não obstante as condições e os problemas de adaptação, uma parcela dos migrantes brasileiros conseguiu, após 3 anos no Japão, visto permanente. Esse visto lhes dava a oportunidade de se fixarem no Japão. Analisando a dinâmica do movimento migratório de um grupo de 240 brasileiros que vivem no Japão, foi possível observar que o visto reorientou projetos individuais e familiares em curto, médio e longo prazo, levando uma parcela desses migrantes a se fixar naquele país, contribuindo com reconfigurações nas relações de trabalho e na vida familiar

Abstract

Migration of Japanese-Brazilians to Japan began in the 1980s, to meet the expansion of Japanese industry. The Japanese immigration law only allowed the entry of Japanese descent unmarried men or alone. In the next decade, given the need to expand the supply of labor, the Japanese government changed the law of migration, facilitating the entry of families of Japanese descent, promoting an intense migration process. In 2007, the Brazilian community in Japan was considered the third largest foreign community consists of 316 967 people. Between the 1980s and 1990s, migration was characterized by temporary and unstable employment contracts that did not require technical expertise. Notwithstanding the conditions and problems of adaptation, a portion of the Brazilian migrants succeeded, after 3 years in Japan, permanent visa. This visa gives them the opportunity to settle in Japan Analyzing the dynamics of the migration of a group of 240 Brazilians living in Japan, it was observed that the visa reoriented individual and family projects in the short, medium and long term, leading a portion of these migrants to settle in the country, contributing to reconfigurations in labor relations and family life.

Palavras-chave: Japão; migração; migração internacional; *decassegui*, reconfiguração.

Keywords: Japan; migration; international migration; *dekassegui*; reconfiguration.

Introdução

A migração internacional de nipo-brasileiros para o Japão, conhecida inicialmente como ‘movimento decasségui’ teve início na década de 1980, com a expansão do setor industrial e de serviços no Japão e a decorrente necessidade de ampliação da força de trabalho. Inicialmente, este fluxo migratório foi restrito aos homens solteiros ou casados sem suas famílias, sendo eles japoneses que viviam no Brasil ou descendentes da primeira geração dos japoneses que haviam migrado para o Brasil desde o início do século XX.

O perfil desses primeiros imigrantes modificou-se na década de 1990, com a reforma da política de imigração do Japão, que ampliou a entrada de famílias de nipo-descendentes de 2ª à 4ª geração, buscando ampliar a oferta de força de trabalho para atender a ampliação do parque industrial. Nessa década ocorreu um processo migratório massivo, aumentando em mais 200% o índice de migração para o Japão, indo de 14.528 pessoas no ano de 1989 para 233.254 no ano de 1998 (Ministério da Justiça do Japão).

A partir de uma análise macrossociológica, compreende-se esse processo migratório como componente da reorganização da economia global, em que a circulação de trabalhadores atende a divisão internacional do trabalho, se constituindo como fluxo, tal como os fluxos de capital, de mercadorias e de serviços. Essa reorganização da economia rompe com as estruturas produtivas dos diversos setores da economia vigentes até início da década de 1980, provocando imensas transformações nas relações de trabalho, reestruturando e precarizando as condições de contrato e ampliando as jornadas de trabalho.

A migração inicial para o Japão era caracterizada por contratos de trabalho temporários e instáveis que não exigiam qualificação técnica prévia para as tarefas, com salários calculados sobre as horas trabalhadas e não incluía benefícios trabalhistas e sociais, o que demonstra que esse processo migratório não é diferenciado das características de condições de trabalho que a maioria dos migrantes enfrenta na contemporaneidade.

Para além dessa análise macrossociológica, o processo migratório internacional remete a uma compreensão macrossociológica dos sujeitos migrantes, buscando compreender as motivações, as decisões e os investimentos individuais e familiares, as distâncias e ausências, as dificuldades de adaptação a uma cultura diferente, os conflitos e preconceitos e a integração a redes sociais.

Nesse contexto, apresenta-se o resultado de uma pesquisa realizada com 246 brasileiros que residiam no Japão no ano de 2010. Eram alunos de um curso de Pedagogia – Modalidade a distância – Acordo Brasil – Japão ofertado pela Universidade Federal de Mato Grosso, entre os anos de 2009-2013. O corpo discente do curso foi composto por migrantes que se inseriram na sociedade japonesa em diferentes momentos do processo migratório para o Japão e que vivia, em diferentes províncias.

A pesquisa teve como objetivo compreender o processo migratório, analisando as motivações, expectativas e reorientações no mercado de trabalho. A obtenção dos dados da pesquisa ocorreu por meio da aplicação de um questionário eletrônico (*e-survey*), com base em métodos de *surveys*. E um segundo questionário, aplicado em dezembro de 2012, com 14 estudantes que retornaram ao Brasil, buscando dados mais qualitativos. Trabalhou-se com uma metodologia qualitativa / quantitativa, do tipo aplicada e descritiva (Quivy *et al.* 1998; Morettin, 2010). Os dados primários foram obtidos por meio de questões objetivas, com perguntas abertas e fechadas, coletados em um só momento (corte-transversal). Para a sistematização e processamento dos dados, foi utilizado o programa estatístico R (2010), que possibilita ter uma ampla gama de índices, variações, combinações e gráficos.

A análise dos dados da pesquisa permitiu conhecer as trajetórias dos pesquisados, com destaque para a fixação e a permanência no Japão, sendo reorientados pelo visto permanência; os problemas de adaptação à sociedade japonesa e as reorientações no mercado de trabalho, reconfigurando suas inserções naquele país.

1. Contextualização do processo migratório para o Japão

O processo migratório para o Japão está integrado aos deslocamentos populacionais internacionais contemporâneos iniciados nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. Essas migrações

internacionais recentes se distinguem por seu caráter duplamente global, determinado tanto pela extensão planetária de sua influência espacial, quanto pela interdependência estreita dos diferentes setores da atividade econômica em escala mundial (Chesnaux, 1995).

Para Wallerstein (1998), essa economia denominada como sistema-mundo inclui uma desigualdade hierárquica de distribuição, baseada na concentração de certos tipos de produção, monopolizadas e de alta rentabilidade, em certas zonas limitadas internacionalmente, que passam a ser as sedes de maior acumulação de capital e que permite um reforço de algumas estruturas estatais nacionais. Funciona com a ampliação de força-de-trabalho excedente nos países periféricos e baixos salários, e a carência de força de trabalho e salários mais elevados nos países desenvolvidos, embora, para a força de trabalho dos países receptores, os salários sejam considerados baixos.

A redefinição da divisão internacional do trabalho desencadeou fluxos migratórios para países desenvolvidos ou em desenvolvimento, a partir da interdependência estreita entre os diferentes setores econômicos. O relatório da ONU sobre migração internacional lançado em 2013, estimava que a migração internacional tinha alcançado o total de 232 milhões de pessoas, atingindo 3,2% da população mundial, e que 59% desses imigrantes vivem em regiões desenvolvidas. Esses fluxos migratórios internacionais têm ocorrido, em sua grande maioria, do hemisfério Sul para o Norte, ou dos países periféricos para os países centrais, que possuem economias em ascensão (PNUD, 2009).

Entre as correntes migratórias contemporâneas encontra-se as que envolvem as populações de países latino-americanos, africanos e do leste europeu, com destino às economias mais industrializadas da América do Norte, Europa e Ásia (PNUD, 2009). Esses fluxos migratórios acompanham a concentração de capitais, bens e tecnologia nos países receptores e as crises, recessões econômicas e guerras civis nos países emissores.

No Brasil, o cenário econômico de recessão da década de 1980 e as esperanças e frustrações coletivas nos primeiros anos de redemocratização impulsionaram a emigração de brasileiros para países estrangeiros em busca de melhores condições de vida. Um dos destinos desses migrantes foi o Japão, vindo a constituir o movimento decasségui.

O fluxo migratório para o Japão, passou por três fases diferentes, iniciando na década de 1980, quando o crescimento econômico japonês impulsionado pelo desenvolvimento tecnológico e sustentado sem o recurso dos trabalhadores estrangeiros, ficou sob risco devido à escassez de força-de-trabalho decorrente da “diminuição da população jovem e da não-absorção das mulheres em idade produtiva no mercado de trabalho” (Kawamura: 1999; p.52). A partir de então, um programa de importação de mão-de-obra tornaria o país um polo de atração de imigrantes na Ásia. No Brasil, o fenômeno decasségui, teve início em 1985, no Governo Sarney (1985-1989), porém a migração não foi intensa, devido aos limites impostos pela lei de migração japonesa, que restringia a entrada a apenas homens solteiros ou sem suas famílias, japoneses (*issei*) que viviam no Brasil e descendentes da 1ª geração (*nissei*). Em 1985 apenas 1.955 brasileiros haviam migrado para o Japão.

A segunda fase da migração de brasileiros para o Japão ocorre a partir de 1990, durante o Governo Collor (1990-1994), após junho de 1990, quando o governo japonês promulgou a Emenda da Lei de Controle da Imigração. Essa lei permitia aos japoneses retornados (*issei*) e seus cônjuges ou descendentes de primeira ou segunda geração (*nissei* e *sansei*) trabalhar legalmente no Japão. Também permitia aos descendentes de terceira geração (*yonsei*), na companhia dos pais, o exercício legal de qualquer atividade por um período de 2 a 3 anos. Esse movimento, denominado decasségui, ligado a decisão de indivíduos ou de famílias para sair da crise econômica vivida no Brasil tinha como algumas características que merecem ser destacadas, tais como a falta de suporte em uma política migratória do Estado brasileiro, o caráter seletivo para a admissão desses trabalhadores pautado na exigência da ascendência nipônica (*nikkeys*), bem como a composição desse contingente migrante por membros da classe média que buscavam sair da crise econômica brasileira, por meio de um processo rápido e legal de capitalização, não se tratando de uma população com privações ou em risco.

O cenário econômico brasileiro somado à reforma legislativa na política migratória japonesa favoreceu a emigração das famílias nipo-descendentes. A oportunidade de capitalizar rapidamente e legalmente mobilizou

um significativo contingente de nipo-descendentes que se deslocou para o Japão. O número de brasileiros ingressos no Japão saltou de 1.955 pessoas no ano de 1985 para 312.979 em 2006 (Fuggi, 2008, p.43). Os maiores crescimentos percentuais foram registrados entre os anos de 1989 (249,31%), 1990 (288,42%) (Costa, 2007, p.54). Em 2007, o número de emigrados brasileiros em território japonês era de 316.967 pessoas. Esse movimento migratório tornou a comunidade brasileira a terceira maior comunidade de estrangeiros no Japão, antecedida apenas pelos chineses e coreanos. Também é a terceira maior comunidade de brasileiros fora do Brasil.

Os migrantes brasileiros migravam para trabalhar em indústrias e no setor de serviços (hospitais, hotéis, supermercados) e assumiram tarefas não-qualificadas, recusadas pela mão-de-obra japonesa e conhecidas como os “5 k” - *kitsui*, (pesado); *kitanai* (sujo), *kiken* (perigoso); *kibishii* (exigente) e *kirai* (detestável).

Os contratos de trabalho eram temporários e instáveis, com salários calculados apenas sobre as horas trabalhadas, não lhes proporcionando seguro de saúde, aposentadoria e outros benefícios da previdência social recebidos pelo trabalhador japonês efetivo. Os vínculos empregatícios ocorriam por meio de contratos com empresas intermediárias (empreiteiras) e por tempo determinado com a obrigação do repasse de parte dos primeiros salários como pagamento pelos serviços prestados pelas empreiteiras (passagens e outros custos com deslocamento e acomodações). Também poderiam ser demitidos a qualquer momento, sem nenhum tipo de restrição ou indenização por parte do empregador, sendo esta uma das vantagens no uso dos serviços de uma empreiteira pelas empresas japonesas, caracterizando esta força-de-trabalho como recurso barato, temporário, flexível e descartável já que a remuneração destes não comportava os custos relativos à previdência social, compulsória pela lei trabalhista japonesa.

Inicialmente, os imigrantes brasileiros enfrentaram muitas dificuldades relacionadas ao trabalho, como o desconhecimento da língua japonesa e os preconceitos e discriminação entre os colegas de trabalho. Também houveram dificuldades relacionadas à vivência em um contexto cultural diferente, com encontros, desencontros, conflitos e ajustamentos mútuos entre japoneses e imigrantes brasileiros. O fato de serem nipo-descendentes e o conhecimento de alguns costumes japoneses, repassados por antepassados que migraram para o Brasil no início do século XX, não impediu que os *nikkey* brasileiros fossem considerados estrangeiros no Japão (Kawamura, 1999; Sasaki, 2003).

Com a migração de famílias, aparecem problemas como o do destino escolar dos filhos que, apesar das matrículas garantidas no sistema de ensino público japonês, tinham sua inclusão das crianças em escolas japonesas comprometida pela necessidade de intensa participação da família na educação dos filhos e pela distância cultural no que tange à língua, aos costumes, aos conteúdos, às normas disciplinares, à metodologia de ensino e à concepção de formação integral (Kawamura, 1999).

Para resolver esse problema, foram introduzidas formas específicas de escolarização, oriundas do Brasil, como alternativa ao sistema educacional japonês. Foram instaladas 92 escolas brasileiras para atender ao ensino fundamental e médio, das quais ainda existem 60. Desde 1996, foram implantados sistemas de educação a distância, com cursos supletivos para adolescentes e adultos (níveis de ensino fundamental e médio) e cursos superiores a distância. As escolas brasileiras também tinham a função de facilitar a continuidade da escolarização de crianças e adolescentes no retorno ao Brasil, pois o objetivo inicial dos migrantes brasileiros era permanecer no Japão em um período curto, de 3 a 5 anos, considerados suficientes para a obtenção de uma poupança para investimentos no retorno ao Brasil.

Para os sujeitos dessa pesquisa, o surgimento e difusão das escolas brasileiras foi importante, já que parte deles migrou para o Japão para trabalhar nessas escolas, enquanto outros foram gradativamente contratados para trabalhar nessas escolas, bem como nas escolas japonesas, auxiliando os professores japoneses com as crianças brasileiras, atuando como intérpretes e tradutores ou em outras atividades auxiliares.

Para os emigrantes que retornavam ao Brasil, as dificuldades relativas à obtenção de emprego e ao gerenciamento da poupança e dos investimentos frustraram a perspectiva de retorno rápido e definitivo, cedendo lugar ao movimento de idas e vindas ao Japão com permanência por novos períodos, o que implicou a reorientação dos projetos individuais e familiares a curto, médio e longo prazo. Para Sasaki (2009) até o final da década de 1990, a maioria dos migrantes brasileiros migrava visando a curta permanência no Japão.

Após essa década, com a crise econômica no Brasil, os imigrantes passaram a solicitar visto permanente. Entre os anos de 1994 e 2006, foram concedidos 78.523 vistos permanentes (Ministério da Justiça Japonês, 2006).

Ao longo de mais de duas décadas ocorreram mudanças no processo migratório do Brasil para o Japão. Embora uma parcela de migrantes se desloque para o Japão para atividades temporárias, sobretudo nas indústrias, existem algumas circunstâncias que facilitam o processo de adaptação à sociedade japonesa. Uma dessas circunstâncias é a complexa rede formal de apoio ao migrante brasileiro, tanto no sentido das entidades ligadas ao recrutamento de mão-de-obra, como das entidades de amparo aos trabalhadores com “centros de atendimento, informação, orientação e apoio aos trabalhadores migrantes, de iniciativa governamental, municipal e de vários grupos de voluntários sem fins lucrativos” (Sasaki, 2011).

As redes informais, constituídas pelos laços pessoais e familiares entre os dois países também serviram como rede de apoio e facilitaram tanto a entrada de novos imigrantes, quanto a permanência dos mais antigos, minimizando a dificuldade de inserção cultural no Japão.

As ações e políticas locais de integração desenvolvidas por prefeituras, organizações não-governamentais e entidades voluntárias passaram a oferecer informações e orientações diversificadas, assim como ainda se voltaram às questões como moradia, educação dos filhos e saúde dos imigrantes em cidades e regiões com grande fluxo de imigrantes. Tais ações e políticas se intensificaram após a conquista do visto de permanência por grande parcela dos imigrantes *nikkeys* (Sasaki, 2009).

Após a adaptação inicial, uma parte dos migrantes brasileiros desenvolveu estratégias econômicas criando, a partir do capital acumulado, empreendimentos especializados para atender brasileiros. “Familiares, amigos, vizinhança ao lado de intermediários (agências de viagem, empreiteiras e outros) viabilizam esse movimento migratório que é fortalecido pela existência de espaços próprios de brasileiros, em várias cidades do Japão, com uma infraestrutura para uma vivência “a maneira brasileira” (Kawamura, 1999). Essas estratégias e mudanças nas atividades profissionais levaram os migrantes brasileiros a assumir uma diversidade de atividades (comerciantes, pequenos industriais, grandes empresários, prestadores de serviços, professores, advogados, jornalistas, entre outras) e a realizarem atividades econômicas diversificadas, (Sasaki, 2009; Kawamura, 1999).

É nesse contexto de mudanças nas condições de trabalho, de conquista de alguns direitos e de formação de uma complexa rede social, que se forma a terceira fase do processo migratório, que se encontram inseridos os 246 alunos do curso de Pedagogia – Modalidade a Distância da Universidade Federal de Mato Grosso, em convênio com a Universidade Tokai, vivendo em diferentes regiões e províncias japonesas. Muitos desses alunos emigraram no início do processo migratório (1985) e outros são recém-chegados (2008). São os resultados dos estudos sobre esses estudantes que serão apresentados a seguir.

2. Análise dos dados da pesquisa realizada com migrantes brasileiros no Japão

2.1 Perfil socioeconômico dos migrantes

O universo pesquisado de 246 pessoas, era composto majoritariamente por migrantes brasileiros (83,74%), mas havia a participação de pessoas de outros países, como os asiáticos compreendendo japoneses (13,41%) e latino-americanos, compreendendo peruanos, argentinos e chilenos (2%).

Embora as informações sobre os imigrantes brasileiros no Japão apontem para uma equidade entre o sexo masculino e o feminino (Sasaki, 2009; Costa, 2007), no universo estudado, prevaleceu o sexo feminino, com 83,33%. Esse índice está relacionado à participação majoritária das mulheres na educação básica. A educação infantil e o ensino fundamental no Brasil, desde o século XIX, têm sido assumidos por mulheres, por serem consideradas atividades ligadas a um comportamento maternal. Como o curso de Pedagogia qualifica professores para a Educação Infantil e séries iniciais do ensino fundamental, essa tendência foi confirmada.

Em relação à idade, a média dos pesquisados foi de 38 anos, com a mínima de 21 anos e a máxima de 68 anos (Figura 1). O maior percentual se encontra na faixa etária entre 35 e 40 anos (24,39%), com

concentração na faixa etária entre 35 e 70 anos (67,89%). Estas faixas etárias são, tradicionalmente consideradas como dotadas de estabilidade profissional e empregatícia, porém, a matrícula de alunos nesta faixa etária indica a busca de uma requalificação para o mercado de trabalho.

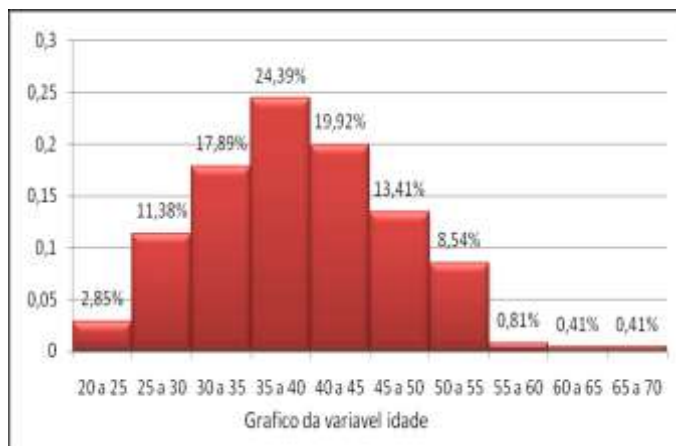


Figura 1 – Faixa etária dos entrevistados

Estudos realizados por Costa (2007), indicam que a população brasileira no Japão apresentava uma distribuição etária mais equilibrada. A faixa de 15 a 39 anos, para a qual há maior oferta de emprego, correspondia a 76% do total em 1990 e, em 2005, participava com apenas 56%. Em contrapartida, a população de crianças alcançou uma média de 15% nos primeiros anos do milênio e a faixa com mais de 40 anos subiu de 20% para 29% nos anos sob exame. No estudo em questão, a faixa etária compreendida entre 20 e 40 anos corresponde a 56,51% do total, muito próximo ao percentual da população brasileira no Japão.

Quanto ao estado civil, 78,69% dos pesquisados são casados, seguidos dos solteiros (13,52%) e separados e divorciados (7,79%) (Figura 2).

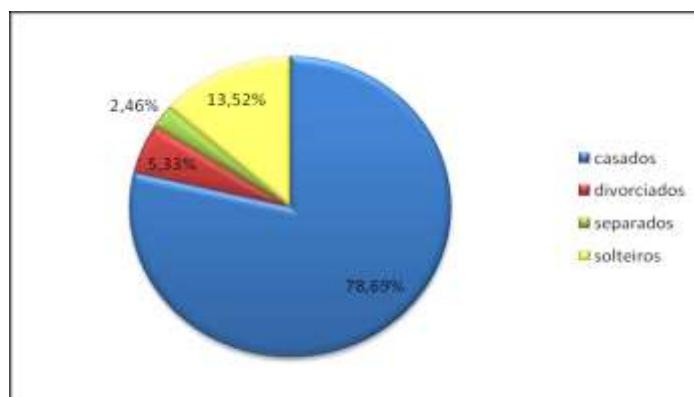


Figura 2 - Estado Civil dos entrevistados

Entre os estudantes do curso, 78,86 % possuem entre 1 e 3 filhos. O maior índice é o de dois filhos (35,77%). O fluxo migratório intensificado com a Emenda da Lei de Controle da Imigração, permitiu aos isseis e seus descendentes até 3ª geração migrarem para o Japão, o que contribuiu para ampliar o número de famílias migrantes no Japão. Esse índice se mantém, com os filhos dos imigrantes que nascem no Japão, resultantes de casamento entre os imigrantes ou de imigrantes com a população nativa.

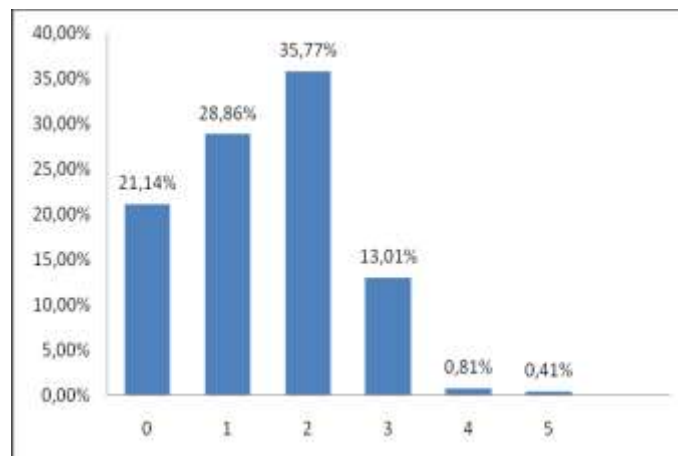


Figura 3 – Número de filhos

Os dados sobre renda familiar demonstram que a faixa com maior concentração de pessoas é a com renda familiar de 4 a 7 mil reais (36,18%), seguida da faixa de um a 4 mil reais (23,17%) e a faixa de 7 a 10 mil reais (19,92%). A faixa de renda de um a 4 mil reais chama atenção pois é considerada baixa para o padrão de vida japonês e, segundo informações dos pesquisados, resultava da crise econômica que vivia o Japão. É importante ressaltar que 17,07% não declararam a renda.

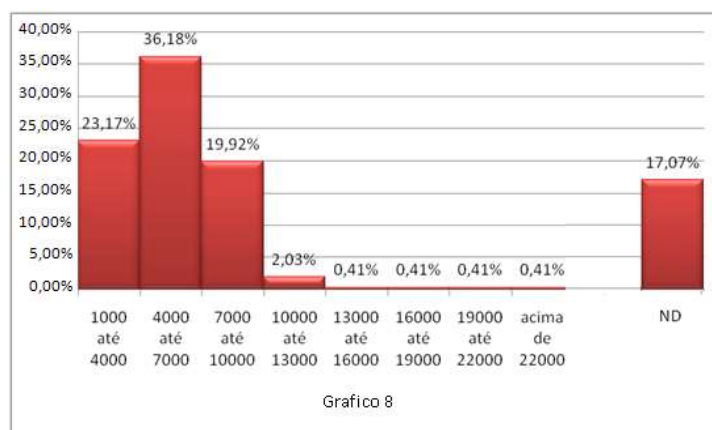


Figura 4 – Renda familiar mensal.

As informações oficiais sobre imigrantes brasileiros no Japão indicam que estão concentrados no centro da ilha principal, Honshu, nas províncias de Aichi (41mil), Shizuoka (31 mil), Nagano (16mil) e Gunma (13 mil). Essa concentração não é aleatória, pois nessas províncias se concentram as indústrias automobilísticas e de acessórios eletrônicos. Os imigrantes quando chegam ao Japão são contratados pelas empreiteiras para trabalhar em pequenas e médias fábricas de autopeças, de aparelhos eletrônicos, hotéis, obras de construção civil, em serviços em pequenos estabelecimentos comerciais, hospitalares e de limpeza, em escolas japonesas e brasileiras situadas nessa região (Kawamura, 1996; Fuggi, 2008; Sasaki, 2009).

Na Figura 05 tem-se uma demonstração de onde se encontram localizados nossos pesquisados. Embora se espalhem pelas 47 províncias japonesas, a maior concentração ocorre na região de Chūbu, com 45,53 % dos estudantes, os outros 55,28% estão localizados nas províncias de Shizuoka, Aichi e Gifu. Na sequência, encontra-se a região de Kantô, com 24,39% dos migrantes iniciais e atualmente, 25,60% estão situados nas províncias de Gunma, Saitama Chiba e Tokyo, regiões com concentração dos parques industriais.

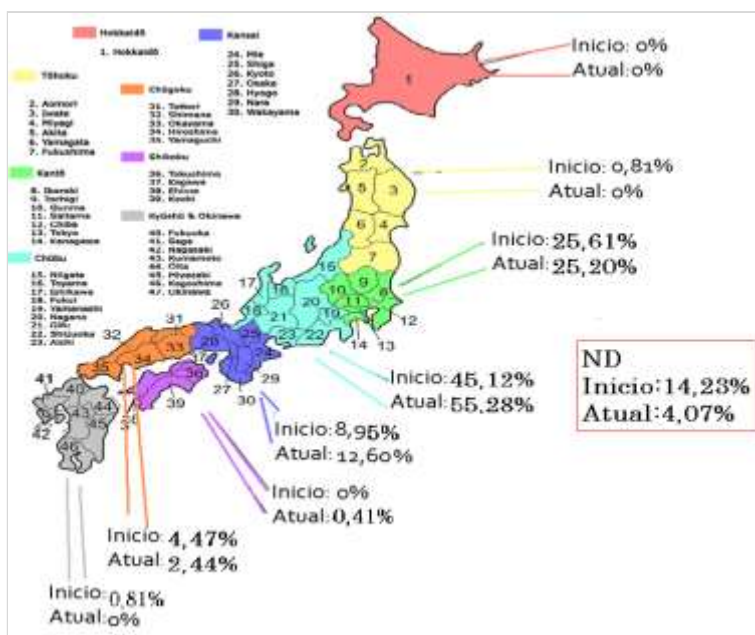


Figura 5: Mapa com a localização inicial e atual dos migrantes brasileiros

Para Sasaki (2009), os brasileiros se encontram em várias localidades do Japão por serem empregados inicialmente em diversos setores. Ainda que os brasileiros tivessem sido alocados inicialmente no setor manufatureiro, foram ocupando, ao longo do tempo, empregos em outros setores, assim como os que se capitalizaram foram estabelecendo seus próprios empreendimentos, tornando-se empresários brasileiros no Japão, no setor de restaurantes, locadoras de vídeo e comércios, enquanto outros dedicam-se as profissões liberais como advogados, médicos, dentistas, engenheiros.

2.2 Trajetórias no Mundo do Trabalho

Para compreender a trajetória dos estudantes no mundo do trabalho, foram analisados dados sobre a idade de início das atividades laborais no Japão e no Brasil, as mudanças de emprego e os ramos de atividades em que atuaram no Brasil e no Japão. Os dados sobre a idade em que iniciaram as atividades laborais indicam que a maioria dos pesquisados iniciaram suas vidas profissionais no Brasil, entre 13 a 22 anos. A faixa etária entre 16 e 19 anos apresentou o maior índice (31,71%), seguida da faixa de 13 a 16 anos (20,33%), e 19 a 22 anos (13,82%). Os dados da Figura 6 demonstram que a idade média de início da atividade laboral no Brasil foi de 18,5 anos nos homens e nas mulheres, 19 anos. Por outro lado, no Japão, a idade média do primeiro emprego foi de 27,3 para homens e 25,17 para mulheres.

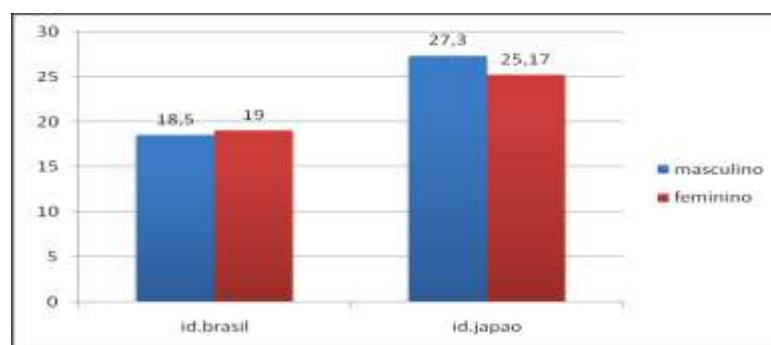


Figura 6- Idade do Primeiro emprego no Brasil e no Japão

É importante considerar que, no Brasil, a legislação trabalhista impede o início das atividades profissionais antes dos 14 anos (Decreto-Lei 5452/43 Art. 403. Consolidação das Leis do Trabalho), porém muitos jovens iniciam as atividades laborais atuando na agricultura familiar, em pequenos negócios familiares ou de parentes e amigos. Mas, no Japão, de acordo com estudos realizados com a comunidade nipo-brasileira, o trabalho iniciado aos 15 anos de idade é um dos motivos que mobiliza os jovens para o trabalho nas fábricas. A oportunidade de obtenção de salários de US\$ 1.500,00 a US\$ 2000,00 mensais e a aquisição de bens de consumo, assim como a obtenção de um pequeno capital que levaria maior tempo para ser alcançado no Brasil, os levam ao ingresso nas fábricas. Segundo uma pesquisa realizada pelo Jornal “Tudo bem”, da comunidade brasileira no Japão, cerca de 83,9% dos filhos de brasileiros no Japão, com idade entre 13 e 21 anos, estariam trabalhando naquele país (Costa, 2007).

As mudanças na trajetória no mundo do trabalho foram compreendidas por meio do levantamento realizado sobre os ramos de atividades em que trabalhavam antes da migração para o Japão. Conforme Figura 07, no Brasil, metade dos estudantes, trabalhava em atividades administrativas e em serviços complementares (50,48%). Uma parcela significativa trabalhava com educação (28,37%), e outra trabalhava em atividades profissionais, científicas e técnicas (6,73%) e apenas 3,85% se dedicava ao trabalho em indústrias.

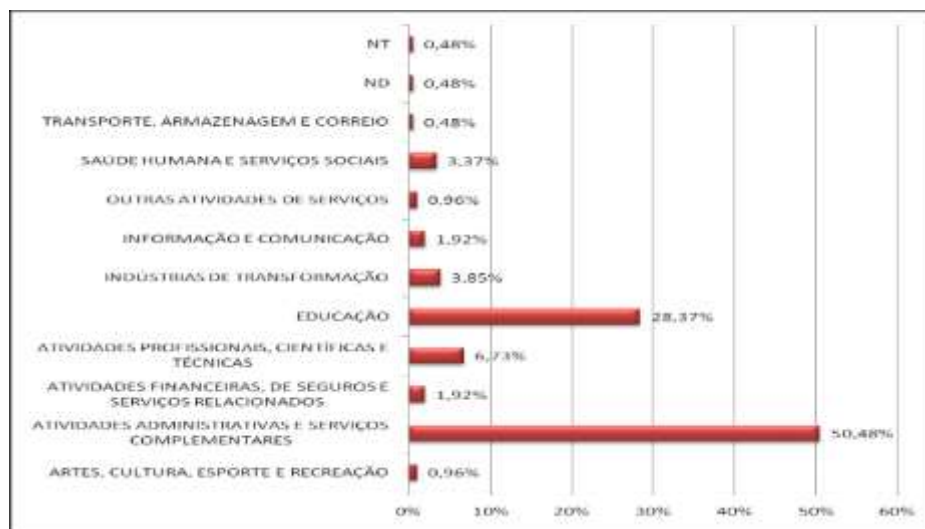


Figura 7 - Ramo de atividade no Brasil antes da migração ao Japão

Quando os migrantes chegaram ao Japão, apenas 16,26% trabalhavam na área de educação, 6,73%, em atividades científicas e técnicas. A maior parcela ingressou no trabalho em indústrias (64,23%) (Figura 8). Embora 83,33% sejam do sexo feminino, esse dado indica que as mulheres também trabalharam inicialmente em postos de trabalho industrial, contudo não eram contratadas para o trabalho pesado eram ocupadas com os trabalhos de pesagem e embalagem de produtos, de remuneração menor e geralmente em indústrias de eletroeletrônicos, bem como em outras atividades que exigiam coordenação motora fina, como o controle de qualidade das lentes de câmeras e aparelhos médicos (Maxwell, 2008).



Figura 08 – Ramos de atividade do 1º emprego no Japão.

A análise dos ramos de atividades atuais (Figura 09), indica que houve mudanças significativas, quando comparadas às atividades iniciais no Japão. A maioria declarou que, atualmente, trabalha em atividades vinculadas ao ramo da educação como professores, intérpretes, tradutores e auxiliares. Porém, 12,20% ainda trabalha em indústrias, 10,98% trabalha em atividades profissionais, científicas e técnicas e 4,88% em atividades administrativas e serviços complementares. É importante ressaltar que o tempo médio de moradia desse grupo de imigrantes no Japão é de aproximadamente 15 anos, indicando que vivenciaram as mudanças nos postos de trabalho destinados aos imigrantes. Se, inicialmente, 64,0% dos pesquisados trabalhavam em indústrias de transformação, atualmente, há uma inversão de atividades com 64% atuando no ramo da educação.

Outra questão abordada foi quanto à possível qualificação para o desempenho de suas atividades laborais no Japão. Em relação a essa pergunta, 75,61% declararam que, para desempenhar sua primeira função laboral no Japão, não foi necessária qualquer qualificação prévia, pois o trabalho nas fábricas não requeria qualquer experiência intelectual anterior era constituído por tarefas manuais, repetitivas e automáticas. Porém, 19,11% dos alunos declararam que já possuíam o domínio da língua japonesa, o que lhes permitiu um trabalho melhor, geralmente fora das fábricas.

Quando questionados sobre as diferenças percebidas sobre as condições de trabalho no Brasil e no Japão, (Tabela 1) o aspecto que mais se destacou foi a jornada de trabalho, com 42% das respostas indicando que os brasileiros trabalham mais horas por semana no Japão do que no Brasil. Enquanto no Brasil, a jornada de trabalho diária era de no máximo 8 horas, no Japão, trabalham entre 10 e 14 horas. O segundo item que mais se destacou foi o salário (35,78%), nesse caso, o destaque era positivo, com obtenção de salários maiores no Japão e com exigência menor quanto à qualificação. Os estudantes também consideraram as condições de trabalho piores no Japão (25,21%) devido aos vínculos temporários. Também aparecem respostas indicando problemas de relacionamento e de discriminação nos locais de trabalho no Japão.

Diferenças	%
Jornada de Trabalho/Carga Horária	42,26
Salário	35,78
Condições de Trabalho	25,21
Vínculo empregatício	8,14
Disciplina	3,25
Relacionamento	2,44
Discriminação	1,63

Tabela 1 - Diferenças entre o trabalho no Brasil e no Japão

2.3 Migração: motivos, expectativas e realizações

Quanto à representação das expectativas e motivações para a migração, percebe-se que quase metade dos estudantes respondeu que migrou em busca de melhores condições financeiras para a família (46,75%).



Figura 9 - Motivos da migração

Um percentual significativo respondeu que foi acompanhando a família (25,61%), esse dado é importante, porque demonstra que muitos migraram criança ou adolescente para o Japão; 12,20% responderam que migraram em busca de melhores condições financeiras; e 11,38%, para adquirir novas experiências. Ainda há um pequeno índice de 0,81% que migrou para estudar (Figura 09).

Quando questionados se as expectativas foram concretizadas e o tipo de expectativa que foi concretizada, obteve-se as seguintes respostas: 28,46% consideram que tiveram suas expectativas atendidas, 22,76% não tiveram atendidas suas expectativas, 22,76% tiveram suas expectativas atendidas parcialmente e uma parcela de 2,44% acreditam que o atendimento de suas expectativas encontra-se em andamento. Quanto aos que responderam que as expectativas foram atendidas, consideram que a expectativa de “ganhar dinheiro” foi atendida (40%) e a busca por experiências e conhecimento também (17,14%).

Quanto às respostas dos que não sentem suas expectativas atendidas, 66,07% entendem que não conseguiram “ganhar dinheiro”, e outros 3,57% não conseguiram ajudar a família. Um número expressivo não respondeu a essa questão (25,56%).

Os pesquisados também foram questionados se sentiam-se realizados profissionalmente no Japão e se o mesmo ocorria com o trabalho que faziam no Brasil. As respostas indicaram que 66,26% dos estudantes se sentem realizados com o trabalho que desempenham no Japão. Apenas 7,72% não se sentiam realizados; 10,57% sentem-se parcialmente realizados, 0,41% não estava trabalhando no momento da pesquisa e 15,04% não responderam.

Quando comparadas as informações sobre as atividades realizadas no Brasil e no Japão, se sentiam realizados, temos os seguintes resultados: 53,71% declararam que estavam realizados com o trabalho desempenhado em ambos os países, 17,14% apenas no Japão, 11,43% parcialmente no Japão, 6,29% parcialmente no país de origem, também 6,29% apenas no país de origem, 3,43% parcialmente realizados nos dois países, 1,71% se sentem frustrados com o trabalho nos dois países.

Os pesquisados também foram questionados se haviam imaginado que trabalhariam como educadores no Japão. Embora mais da metade (56,50%) das respostas tenham sido negativas, que não se imaginavam trabalhando como educador no Japão; uma parcela dos pesquisados (26,42%) já pensava em trabalhar como professores e 17,07% não responderam a esta questão.

2.4 Novas configurações do processo migratório

Os dados da pesquisa e outras informações sobre o processo migratório recente para o Japão permitem perceber as mudanças em diversos aspectos do seu perfil e da sua configuração, ao longo desses quase 30 anos.

A primeira modificação ocorreu no perfil dos nipo-brasileiros, era o migrante individual - homens solteiros ou sem suas famílias na década de 1980 -, e a partir de 1990, muda para migração familiar, proporcionada pela mudança na Lei de Controle da Migração no Japão. Embora a migração para o Japão seja seletiva, com exigência da ascendência nipônica, ao permitir a migração familiar, permitiu a entrada no Japão de cônjuges sem essa ascendência (Sasaki, 2011).

Outra mudança ocorrida nesse mesmo período, é a relacionada à perspectiva de fixação no Japão, enquanto a migração inicial era temporária, em meados da década de 1990, com a perspectiva de obtenção de visto permanente para os descendentes até a 3ª geração, após três anos morando no Japão, os migrantes já podem solicitar visto de longa permanência ou visto permanente (Sasaki, 2011)

Com a migração de famílias inteiras e a perspectiva de fixação, algumas facilidades para acesso e para adaptação dos brasileiros no Japão traduziram-se nas redes sociais formais e informais e na oferta de serviços para atender a clientela brasileira já concentrada em algumas cidades que se materializou-se em casas comerciais de produtos brasileiros, restaurantes com comidas brasileiras, confecções e calçados fabricados no Brasil, locadoras de filmes em língua portuguesa, revenda de produtos de perfumarias e cabeleireiros e serviços de reparação e venda de carros usados (Kawamura, 1999). Esses estabelecimentos também se tornaram pontos de encontro de brasileiros para troca e informações sobre emprego, moradia, recrutamento e outros serviços e informações.

A insegurança do trabalho em um país estrangeiro e distante do grupo familiar podia ser amenizada pelo apoio de parentes e amigos que já haviam se estabelecido antes, sendo que o auxílio mútuo nas dificuldades de adaptação, trouxe maior segurança para o imigrante recém-chegado ao Japão. Se as empresas recorriam aos *nikkeys* com maior conhecimento da língua japonesa para a intermediação nas negociações, esses mesmos indivíduos participavam de laços entre grupos de brasileiros em uma mesma cidade e ou região, compondo assim as redes informais que podiam servir de substrato para grupos de amigos ou para associações nipo-brasileiras (Kawamura, 1999; Sasaki, 2011).

O fluxo migratório para o Japão também passou por diversas fases, de aumento e de diminuição da taxa de crescimento anual da população brasileira no Japão. Após o auge da migração entre os anos de 1988/1989 com um aumento de 249,31% e, nos anos de 1989/1990, com um aumento de 288,42%, chegando a 233.254 pessoas, entre os anos de 1997 e 1998, a migração para o Japão apresentou uma taxa de crescimento negativa, de -5%, com redução de 11.000 brasileiros, caindo para 222.217 pessoas.

Essa queda da taxa de crescimento resultou de uma crise econômica no Japão somada a reestruturação da indústria japonesa com queda na demanda por mão de obra estrangeira, sendo que a soma de fatores gerou significativa redução na emissão de novos vistos para brasileiros. Porém, nos anos subsequentes a taxa de crescimento subiu, e no ano 2.000 alcança-se o total de 254.394 pessoas, e se mantendo estável até o ano de 2008.

A crise financeira internacional de 2008 afetou a importação de automóveis produzidos no Japão, pelos E.U.A, que perdeu competitividade com o iene, valorizado diante do dólar americano. Para conter custos, as indústrias demitem mão de obra estrangeira, contribuindo para a redução de brasileiros no Japão (Sasaki, 2011). O período que sucedeu à crise de 2008 apresenta uma queda significativa no número de brasileiros no Japão. Entre os anos de 2008 e 2009, houve uma redução de cerca de 45 mil brasileiros, embora esse retorno tenha sido menor do que se estimava (70 mil brasileiros). O retorno foi uma das estratégias para a situação de crise e de desemprego, mas aconteceu em proporções menores que as esperadas pelo governo brasileiro.

Em 2007, a população brasileira no Japão chegou ao seu ponto máximo, alcançando 316.967 pessoas, e caiu para 230.552 pessoas, no ano de 2010. Se os impactos da crise motivavam o retorno de brasileiros, nessa mesma época, aumentou em mais de 10.000 a cada ano, o número de brasileiros que obtiveram visto de residente permanente, contabilizando em 2010, o número de 117.760 pessoas com esse status de visto.

Não obstante os impactos negativos da crise econômica de 2008 sobre o mercado de trabalho e sobre a migração, houve também impactos positivos tais como a maior exposição das formas precárias de contrato

de trabalho pelas empreiteiras e a emergência de tratados e acordos bilaterais entre Brasil e Japão para garantir direitos trabalhistas e previdenciários aos imigrantes.

Embora a maioria dos contratos de trabalho dos migrantes brasileiros ainda sejam para o trabalho temporário, a maior adaptação dos trabalhadores brasileiros a sociedade japonesa, o domínio da língua e uma certa capitalização por parte dessas migrantes permitiram a uma parcela desses brasileiros conseguir empregos melhores realizar investimentos no Japão, estendendo a permanência para uma parte desses migrantes e constituído a fixação por outra.

Além das mudanças nos contratos de trabalho com a facilitação da permanência houve, a partir de 2004, a revisão da lei de alocação da mão de obra que colocou o pagamento de salários como responsabilidade da agência contratadora, tanto a de envio, quando a de destino, garantindo os direitos à seguridade social aos migrantes brasileiros. O Brasil e o Japão firmaram um acordo bilateral na área da Previdência Social, sobre aposentadoria por tempo de serviço, permitindo que os trabalhadores utilizem o tempo de serviço nos dois países para o cálculo da aposentadoria. Os brasileiros que trabalham no Japão e os japoneses que vivem no Brasil serão beneficiados com o pagamento proporcional ao tempo de serviço prestado e às contribuições em cada país. O acordo também vale para pensões por morte. (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 29/07/2010).

Desde 2008 há outros acordos bilaterais entre os dois países para resolver questões jurídicas, que envolvem os imigrantes, como divórcios, pagamento de pensão para os cônjuges que ficaram no Brasil, entre outros, além dos acordos de cunho econômico e comercial (Sasaki, 2011).

Outras negociações foram efetivadas entre os organismos brasileiros e japoneses para resolver problemas que afetavam os migrantes, como a educação dos filhos, saúde, moradia, adaptação cultural e cursos de língua japonesa, entre outros, que tem sido regulado com a participação de representantes dos imigrantes brasileiros em organizações governamentais e outras associações de nipo- brasileiros, prefeituras e outras associações (Sasaki, 2011). Há três consulados brasileiros no Japão, situados nas cidades de Tokyo, Nagoya e Hamamatsu, localidades onde se concentram trabalhadores brasileiros, para facilitar negociações, confecções de documentos, entre outros atendimentos. Também foi estabelecida a Casa do Trabalhador, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE do Brasil, para apoio aos trabalhadores.

Com a maior permanência dos brasileiros no Japão Mas, se fizeram necessárias outras iniciativas para resolver problemas sociais que emergiram, como a situação de crianças e adolescentes que se encontram fora do sistema escolar em função da não-adaptação ao sistema escolar japonês; em função da falta de conhecimento e domínio da língua japonesa ou ainda em função da dificuldade de custeamento das altas mensalidades de uma escola brasileira no Japão. Em decorrência, percebe-se um aumento de situações de vulnerabilidade de jovens e adolescente, que não contam com significativa presença dos pais, ocupados com longas jornadas de trabalho.

Depois de viverem por uma década ou mais eram no Japão, mesmo os retornados ao Brasil enfrentam dificuldades relacionadas a reinserção no mercado de trabalho, a readaptação à sociedade brasileira, além de problemas sociais e psicológicos.

Conclusões

Conclui-se com que a migração dos nipo-descendentes brasileiros para o Japão, embora seja analisada a partir de uma pequena amostra, em linhas gerais, segue as tendências do processo migratório geral para o Japão, de acordo com estudos realizados por Sasaki (2009; 2011), Costa (2007) e Kawamura (1999).

Os deslocamentos motivados por questões individuais ou familiares inserem-se em um processo coletivo que envolveu o deslocamento de contingentes consideráveis de brasileiros, ainda que não existissem políticas do Estado brasileiro que os amparassem esse processo.

Esse movimento migratório pode ser entendido no âmbito da divisão internacional do trabalho. O Japão, como um dos países centrais na produção de tecnologia e com escassez de força-de-trabalho, tem sido um grande atrativo para a força de trabalho oriunda de países pobres ou em desenvolvimento, que passam

frequentemente por crises econômicas conjunturais e estruturais, que impelem parte da sua força de trabalho aos processos migratórios, sejam internos, para regiões do Brasil mais industrializadas, seja para fora do país, para países mais desenvolvidos.

Os trabalhadores brasileiros vêm se submetendo a esses movimentos, trabalhando em condições de trabalho instáveis e provisórias e dedicando-se as tarefas que exigem pouca qualificação e que os nativos recusam mas, que proporcionam aos migrantes viver e proporcionar a suas famílias condições de vida superiores àquelas usufruídas no país de origem.

Muitos conseguem capitalizar e enviar remessas ao Brasil para financiamento e compra de imóveis para a família ou para formação de poupança destinada a investimentos futuros em negócios próprios. Outra parcela tem se fixado no Japão, se adaptando à sua cultura, ampliando seus espaços por meio da conquista de melhores postos de trabalho e de benefícios trabalhistas ou através do estabelecimento como profissional liberal ou proprietário de negócios próprios e adquirindo vistos de permanência e assim, mesmo enfrentando problemas de inserção cultural no Japão, não indicam movimentos de retorno definitivo ao Brasil.

Outros migrantes inseriram-se no movimento migratório circular, indo e vindo, dependendo dos fatores históricos e econômicos, com momentos favoráveis no Japão e outros no Brasil e, embora participem de um movimento de fluxos estabelecidos pela transnacionalidade da economia, quando se deslocam possuem como motivações e expectativas projetos individuais e /ou familiares. As redes sociais formais e informais, são a garantia de que, ainda que estejam entrando em um país estrangeiro, existem pontos de apoio que garantem uma chegada menos árida e difícil com as quais se depararam seus conterrâneos.

A despeito do refluxo da migração de brasileiros para o Japão nesse momento histórico, o que se observa é que há um movimento embora menor, constante de migração para o Japão, que exige novos olhares e novas pesquisas, procurando entender quais serão suas configurações posteriores.

Referências Bibliográficas

Chesnaux, Jean (1995). *Modernidade- mundo*. Petrópolis: Vozes.

Costa, João Pedro Corrêa (2007). *De decasségui a emigrante*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

Fugi, William K. (2008). *Jovens universitários brasileiros nas linhas de produção japonesa*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. São Paulo: Departamento de Geografia-USP.

Kawamura, Lili (1999) *Para onde vão os Brasileiros? Imigrantes Brasileiros no Japão*. Campinas: Editora UNICAMP, 1999.

Kawamura, Lili (1996). O Processo Educativo dos Trabalhadores Brasileiros no Japão. In *Proposicoes*, Campinas,17.

Maxwell, Roberto (2008). *Sociedade japonesa e migrantes brasileiros. Novos caminhos na formação de uma rede de pesquisadores*. Centro de estudos Lúsófonos. Universidade de Sófia.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). *Relatório de Desenvolvimento Humano*. 2009. *Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2009. Recuperado em 10 de março, 2010, de http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009PT_Summary_rev.pdf.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V.(1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Coleção Trajecto 17. Lisboa.

Sasaki-Pinheiro, Elisa Massae (2009). *Ser ou não ser japonês? A construção de identidade dos brasileiros descendentes de japoneses no contexto das migrações internacionais do Japão contemporâneo*. Recuperado em 14 de março, 2014, de <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=00044274>.

Sasaki-Pinheiro, Elisa Massae (2011). Migração internacional contemporânea entre o Brasil e o Japão: novas configurações, velhas questões. XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino Americana de Sociologia, Recife-UFPE. Recuperado em 14 de março, 2014, de: www.alas2011recife.com.

Wallerstein, Immanuel (s/d). Analisis de sistemas-mundo. México: Siglo Veinteuno Editores.